

RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.516 - RJ (2020/0060102-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : DE MILLUS S A INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADOS : MARIA LUIZA FAVERET CAVALCANTI GARCIA DE SOUZA
- RJ075949
MARIA EDUARDA CUSTODIO RADUSEWSKI - RJ215906
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por De Millus S.A. Indústria e Comércio, com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 2.010-2.011):

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

1. O art. 74 da Lei nº 9.430/96, dispõe que, uma vez formulado o pedido de compensação pelo contribuinte, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil decidir. E, negada a compensação, ou não homologada a que foi feita, pode o contribuinte insurgir-se ainda na instância administrativa.
2. Não homologadas as compensações, cujas decisões são passíveis de impugnação através da apresentação de manifestação de inconformidade, tem o contribuinte o direito de ver processado o seu recurso, ao qual deve ser dado efeito suspensivo, nos termos do art. 151, inciso III, do Código Tributário Nacional.
3. No caso em tela, cabia à FAZENDA demonstrar que na época da inscrição em dívida ativa, os recursos administrativos interpostos estavam decididos, não existindo óbice à sua inscrição e respectiva execução.
4. No regime do CPC/1973, o arbitramento da verba honorária devida pelos entes públicos era feito pelo critério da equidade, tendo sido consolidado o entendimento jurisprudencial de que o órgão julgador não estava adstrito ao piso de 10% estabelecido no art. 20, § 3º, do CPC/1973.
5. No caso concreto, a verba honorária sucumbencial arbitrada em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) não se revela irrisória, sobretudo em causa onde sequer houve produção de prova técnica, coadunando-se, ao revés, com a regra de equidade e demais parâmetros preconizados pelo art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, sendo compatível com a natureza da causa e o trabalho do causídico.
6. Apelações conhecidas e desprovidas.

Os embargos de declaração opostos não foram providos.

A parte insurgente aponta a existência de violação do disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973.

Aduz, em suma, que (e-STJ, fls. 2.034-2.035):

[...] os honorários fixados no acórdão, de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), não representam sequer 1% do valor da execução, destoando totalmente dos limites da razoabilidade previstos nos dispositivos legais citados no item anterior, claramente violados pelo acórdão recorrido e revelando-se evidentemente irrisório e, até mesmo ofensivo à advocacia.

Tais valores são inadequados ao grau de zelo profissional, ao valor e à importância da causa, que não é padrão, e ao tempo demandado acompanhando a execução fiscal, em trâmite desde de 2011, que soma até agora 8 anos de contínuo trabalho. O valor dos honorários de sucumbência em R\$ 40.000,00 se divididos pelos 8 anos, dá apenas R\$ 5.000,00 por ano de trabalho. Valor esse que não remunera nem o estagiário do escritório, quanto mais uma equipe inteira de advogados que cuidam desse processo.

Requer, assim, seja majorado o valor dos honorários de sucumbência.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 2.056-2.062.

É o relatório.

No que tange à condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, esta Corte de Justiça possui entendimento de ser aplicável a regra processual vigente na data da prolação da sentença.

Observe-se o precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTE. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. MAJORAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O recorrente alega que não há falar em direito adquirido a fim de conclamar incida o Novo Código de Processo Civil apenas às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor (conforme decidido pelo Tribunal *a quo*), porquanto, consoante estabelecido no artigo 14 do NCPC, o novel diploma normativo processual incidirá imediatamente aos processos em curso.

2. A jurisprudência desta Corte tem entendido que o marco temporal que deve ser utilizado para determinar o regramento jurídico aplicável para fixar os honorários advocatícios é a data da prolação da sentença, que, no caso, foi na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Precedente: REsp 1.636.124/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 27/04/2017.

3. Nesse contexto, sobrepõe-se o entendimento consolidado neste Tribunal, no sentido de que salvo as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, a teor do enunciado n. 7, da Súmula do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.657.177/PE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 23/8/2017)

No caso dos autos, a sentença foi prolatada na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (e-STJ, fls. 1.914-1.921).

Assim, com base no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973 aplicável à espécie, registro que o arbitramento dos honorários advocatícios pelo critério da equidade, na instância ordinária, é matéria de ordem fática; portanto, insuscetível de reexame na via especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. VERBA HONORÁRIA FIXADA PELA EQUIDADE. JUÍZO DE VALOR FEITO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que, sendo vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, que considerará o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, consoante o disposto no art. 20, § 4º, do CPC, o qual se reporta às alíneas do § 3º e não a seu *caput*.

2. Os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não ocorre na hipótese em apreço. A fixação da verba honorária pelo critério da equidade, na instância ordinária, é matéria de ordem fática insuscetível de reexame na via especial, ante o óbice da Súmula 7.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.511.018/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 19/6/2015)

Contudo, o Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento de que é possível a adequação do valor quando a condenação demonstrar-se irrisória ou exorbitante. No aspecto:

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO.

No âmbito do recurso especial, o valor arbitrado a título de honorários de advogado só pode ser revisado se for excessivo ou irrisório; espécie em que verba honorária foi fixada em quantia exorbitante.

Recurso especial conhecido e provido em parte.

(REsp 1.318.867/BA, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 19/12/2013)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E

DA RAZOABILIDADE. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.
SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.
2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar a reavaliação, em recurso especial, da verba indenizatória fixada.
3. O STJ firmou entendimento no sentido de ser incabível a reanálise do valor fixado a título de danos morais com base em divergência jurisprudencial, pois, ainda que haja semelhança de algumas características nos acórdãos confrontados, cada qual possui peculiaridades subjetivas e contornos fáticos próprios conducentes à fixação do *quantum* indenizatório.
4. Agravo regimental a que nega provimento.
(AgRg no AREsp 397.251/SP, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 3/2/2014)

Na hipótese, em apelação, o Tribunal de origem manteve os honorários descrevendo o seguinte contexto (e-STJ, fl. 2.009):

Na fixação da verba honorária, ainda na vigência do CPC/1973, nas causas em que a União Federal é sucumbente, a jurisprudência do STJ posiciona-se, de forma reiterada, quanto à possibilidade de modificação da verba sucumbencial quando se revele irrisória ou exorbitante, de modo que deve ser arbitrada de forma razoável e proporcional.

Ocorre que, no caso concreto, a verba honorária sucumbencial arbitrada em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) não se revela de forma alguma irrisória, sobretudo em causa onde sequer houve produção de prova técnica, coadunando-se, ao revés, com a regra de equidade e demais parâmetros preconizados pelo art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, sendo compatível com a natureza da causa e o trabalho do causídico.

O quadro fático estabelecido demonstra que a cifra definida nesta ação foi fundamentada nas circunstâncias da causa, de modo que não é concebível juízo algum quanto à correção, ou não, da condenação em honorários advocatícios sem nova análise dos fatos constantes dos autos.

Essa providência, bem se sabe, é inadmissível em recurso especial, na forma do já mencionado verbete 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Quanto aos demais aspectos, destaca-se que, muito embora esta Corte Superior possua precedentes que consideraram irrisórios honorários advocatícios fixados em percentual inferior a 1% do valor da causa, eles não estabeleceram um limite objetivo sobre o tema que deve continuar sendo

Superior Tribunal de Justiça

analisado caso a caso.

A Corte Especial (EREsp 1.527.430/SC, acórdão por mim lavrado, DJe 17/4/2018) decidiu pela não adoção de um parâmetro objetivo para aferição da irrisoriedade dos honorários sucumbenciais, afastando o pleito de que fosse fixada referida verba em 1% do valor da causa.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator